

Tendências e dinâmicas da atual cooperação internacional para o desenvolvimento

Current dynamics and trends in international development and cooperation

Susete Albino ^[0000-0001-5765-1857]

susetealbino@fcsch.unl.pt

CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal.

Resumo. Embora após a Segunda Guerra Mundial as grandes potências se tenham focado na reconstrução da Europa, a geopolítica global encontrava-se em metamorfose e as clivagens entre os países do Norte e do Sul acentuavam-se, pautando-se por fortes divergências ideológicas e pela emancipação dos países colonizados. Surgiram o Plano Marshall e a Organização do Tratado do Atlântico Norte. O primeiro com o objetivo de estimular a economia europeia e a segunda com o intuito de prevenir qualquer ataque armado. Despontaram, igualmente, uma nova aceção para a noção de *desenvolvimento*, que defendia a possibilidade de todas as nações poderem alcançar o desenvolvimento, e reivindicações de Ajuda por parte dos países do Sul, através da cooperação económica. Decorrente deste pensamento, estabeleceu-se uma correlação entre desenvolvimento e crescimento económico e instituíram-se teorias que, durante décadas, sustentaram a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e consignaram o desenvolvimento como um meio de resolução dos problemas do subdesenvolvimento. É inequívoco que este conjunto de elementos foi determinante na esfera da cooperação, que se intensificou em meados do século XX. Fruto da revisão da literatura, este texto traz os resultados da reflexão efetuada em torno (i) das perspetivas pioneiras do desenvolvimento, (ii) das premissas da cooperação internacional, (iii) das trajetórias e desafios contemporâneos do desenvolvimento, e (iv) dos desafios da atual cooperação internacional para o desenvolvimento.

Palavras-Chave: Cooperação Internacional, Desenvolvimento, Crescimento Económico, Desenvolvimento Humano, Ajuda Externa.

Abstract. Although after World War II the great powers focused on rebuilding Europe, global geopolitics was in metamorphosis and the cleavages between the countries of the North and the South were accentuated, based on strong ideological divergences and the emancipation of the colonized countries. The Marshall Plan and the North Atlantic Treaty Organization appeared. The first with the aim of stimulating the European economy and the second with the aim of preventing any armed attack. A new meaning for the notion of *development* also emerged, which defended the possibility of all nations being able to achieve development and claims for Aid by the countries of the South, through economic cooperation. As a result of this thought, a correlation was established between development and economic growth and theories were instituted that, for decades, supported International Cooperation for Development and established development as a means of solving the problems of underdevelopment. It is unequivocal that this set of elements was decisive in the sphere of cooperation, which intensified in the mid-twentieth century. Resulting from the literature review, this paper brings the results of the reflection carried out on (i) the pioneering perspectives of development, (ii) the premises of international cooperation, (iii) the trajectories and contemporary challenges of development, and (iv) the challenges of current international cooperation for development.

Keywords: International Cooperation, Development, Economic Growth, Human Development, Foreign Aid.

Este texto apresenta parte dos resultados da tese de doutoramento da autora: Albino, S. (2020), Políticas educativas, cooperação e desenvolvimento em Timor-Leste (2002-2015). Tese de doutoramento não publicada. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), Lisboa, Portugal.

1 Perspetivas pioneiras do desenvolvimento

Assume-se que o desenvolvimento tenha conquistado relevância na História Ocidental e no pensamento dos economistas clássicos desde o século XVIII. Porém, é após a Segunda Guerra Mundial que adquire uma posição central na esfera das relações entre os Estados e motiva a emergência de um campo específico de estudo: a economia do desenvolvimento (Assidon, 2002; Azoulay, 2002; Rist, 2013; Moreira & Crespo, 2012; Treillet, 2015). Esta, de acordo com Todaro & Smith (2009), não deve ser confundida nem com a economia “neoclássica” moderna dos países capitalistas, nem com as economias “marxistas” dos países socialistas. A economia do desenvolvimento diz respeito às “economics of contemporary poor, underdeveloped Third World nations with varying ideological orientations, diverse cultural backgrounds, and very complex yet similar economic problems that usually demand new ideas and novel approaches” (p.7).

As leituras realizadas no sentido de compreender a quem se atribui a origem desta área sugerem a inexistência de consenso na esfera da investigação. Todavia, outorga-se à obra de Adam Smith, *A riqueza das nações*, editada em 1776, o primeiro esboço de uma teoria do desenvolvimento. O economista procurou identificar a natureza e a causa da riqueza das nações, evocando o desenvolvimento como um fenómeno espontâneo e natural, essencialmente assegurado pela divisão do trabalho. Na sua ótica, esta impulsiona a expansão dos mercados, através do aumento da produtividade e da diminuição dos custos de produção, e conduz impreterivelmente ao desenvolvimento. Assinala, igualmente, que a riqueza das nações resulta do volume de bens e serviços que estas produzem e que a conquista do desenvolvimento presume a consecução de um determinado número de etapas. Defensor do liberalismo económico, afirma que o estabelecimento de vínculos comerciais entre países pode ocasionar ganhos para todos, desde que cada um dos envolvidos se foque na produção do(s) bem(ns) em que consegue alcançar maior produtividade (vantagem absoluta) (Assidon, 2002; Azoulay, 2002).

No seguimento da sua investigação, David Ricardo, em *Princípios de economia política e de tributação*, publicado em 1817, propõe a teoria das vantagens comparativas ou relativas. O seu entendimento afasta-se do anterior no facto de a vantagem absoluta não se afigurar como fator *sine qua non* do enriquecimento e desenvolvimento. Para o autor, qualquer país pode beneficiar da liberalização do comércio e da competitividade dos mercados desde que se distinga na produção de um bem específico e que o produza ao mais baixo custo (Assidon, 2002; Azoulay, 2002; Moreira & Crespo, 2012).

Alguns anos mais tarde, em 1841, Friedrich List, na obra *Sistema nacional da economia política*, identifica o nível das forças produtivas como o fator principal do desenvolvimento e sustenta que este varia em função da relação existente entre as forças produtivas agrícolas e industriais. List advoga que quanto mais harmoniosa for a relação entre ambas mais elevado é o nível das forças produtivas. É este equilíbrio que conduz ao desenvolvimento. O economista preconiza também a instauração de medidas protecionistas pelos países mais pobres (Assidon, 2002; Azoulay, 2002; Treillet, 2015).

Em 1848, John Stuart Mill resgata, em *Princípios de economia política*, a premissa alusiva aos diferentes ritmos de desenvolvimento dos países e delinea um esquema ilustrativo da evolução histórica das sociedades. A sua conceção afasta-se das precedentes ao sustentar que, no decorrer da sua evolução, a riqueza apresenta taxas de crescimento distintas, formas diferenciadas e uma repartição diversificada. Mill defende, igualmente, que as fortes estruturas político-administrativas condicionam o seu desenvolvimento. Para ultrapassar a estagnação secular que as particulariza, sugere, entre outros, que (i) os rendimentos provenientes das rendas da terra sejam colocados ao dispor da coletividade; (ii) o regime salarial seja abolido; (iii) se proceda a uma regulamentação dos horários laborais; e que (iv) as heranças sejam tributadas (Assidon, 2002; Azoulay, 2002).

Já no início do século XX distinguem-se os trabalhos de Joseph Schumpeter, dedicados ao capitalismo como processo e como sistema e na análise da evolução económica. A sua reflexão destaca-se num artigo de 1932, intitulado *Entwicklung (Desenvolvimento)*, no qual questiona a própria essência do desenvolvimento. Na sua ótica, este deve ser compreendido como a transição de um nível normativo do sistema económico para um novo estágio, impossível de decompor em sequências contáveis. Para Azoulay (2002), a conceção do economista reflete, em parte, a atual distinção entre crescimento económico e desenvolvimento, entre acréscimo quantitativo da economia e a sua transformação qualitativa. Em larga medida, poder-se-á afirmar que o entendimento de Schumpeter identifica o crescimento como um processo gradual do aumento dos benefícios resultantes do fabrico de artigos idênticos com recurso a métodos de produção semelhantes. O desenvolvimento, por sua vez,

emerge como decorrente do fabrico de artigos originais e da génese de novos mercados, ambos indutores de modificações na estrutura de mercado existente. Ou seja, emana da rutura do estado de equilíbrio que perdurava no nível antecedente e requer a adaptação do mercado a uma nova realidade.

Anos mais tarde, sobressaem os contributos de Harrod (1939) e Domar (1947), cujos modelos identificam a taxa de crescimento do rendimento como imprescindível ao desenvolvimento. A perspetiva dos autores aponta um objetivo de crescimento específico e, conseqüentemente, a planificação das taxas de poupança e de investimento. O crescimento em equilíbrio requer a utilização do capital nacional e um equilíbrio entre poupança e investimento. Como tal, no caso particular dos países mais pobres, sempre que a taxa de poupança nacional não atinge o nível ambicionado, impõe-se o recurso ao apoio externo (Azoulay, 2002; Treillet, 2015).

2 Premissas da cooperação internacional

Após a Primeira Guerra Mundial, o fortalecimento das relações políticas e económicas impulsionaram a cooperação internacional e conduziram à instituição, a 25 de janeiro de 1919, da Sociedade das Nações (SDN). Com a sua criação, procurava-se reconhecer a existência de um órgão democrático onde pudessem ser discutidos os interesses e os diferendos dos Estados, de modo a evitar novas guerras. A despeito de a SDN apresentar um carácter universal, os EUA não ratificaram o Tratado de Versalhes, optando por não integrar a organização. Paralelamente, esta revelava como incongruência a legitimação dos impérios coloniais (Rist, 2013).

As fragilidades da SDN e o eclodir da Segunda Grande Guerra incitaram, *a posteriori*, a concretização de um conjunto de ações internacionais, de entre as quais se destacam: (i) a conferência internacional que decorreu em Bretton Woods e que motivou a constituição do grupo do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional; (ii) a conferência internacional realizada a 26 de junho de 1945, em São Francisco, durante a qual foi fundada a Organização das Nações Unidas (ONU), que substituiu a então extinta SDN; e (iii) a formação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a 16 de novembro de 1945.

O final da Segunda Guerra Mundial intensificou, no hemisfério norte, as divergências ideológicas que opunham o Bloco Soviético ao Bloco Ocidental e que viriam a desencadear a Guerra Fria. Já no hemisfério sul e no oriente, foi instituída a Liga dos Países Árabes (1945) e apareceram os primeiros países independentes (a Indonésia, em 1945 e a Índia, em 1947).

As grandes potências concentravam as suas preocupações na reconstrução da Europa e na estabilidade política. Surgiram então: (i) o Plano Marshall (1947), com o intuito de estimular a economia europeia; (ii) a Organização Europeia de Cooperação Económica – OECE (1948), com o propósito de gerir o Plano Marshall; (iii) a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), a fim de prevenir qualquer ataque armado; e (iv) o Programa Ampliado de Assistência Técnica, pela ONU (1949). Com relação a este último, note-se que agregava fundos provenientes dos países membros e tinha como missão proporcionar assistência técnica às nações mais pobres, através do envio de técnicos especializados, da atribuição de bolsas e da formação de quadros superiores.

Foi neste contexto que, com a leitura do Ponto IV do discurso de tomada de posse do Presidente norte-americano Harry Truman, em 1949, despontou o entendimento de uma nova forma de cooperação, a cooperação para o desenvolvimento:

(...) Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and more prosperous areas. For the first time in history, humanity possesses the knowledge and skill to relieve the suffering of these people. (...) I believe that we should make available to peace-loving peoples the benefits of our store of technical knowledge in order to help them realize their aspirations for a better life. And, in cooperation with other nations, we should foster capital investment in areas needing development. (...). (Truman, 1949)

Simultaneamente, a conceção das relações Norte-Sul transitou de uma oposição entre “países colonizadores/países colonizados”, para a dicotomia “países desenvolvidos/países subdesenvolvidos”.

Como corolário da dialética vigente, teve lugar, em abril de 1955, na Indonésia, uma conferência internacional que reuniu um grande número de países considerados subdesenvolvidos. De entre os temas abordados, distinguem-se duas reivindicações: (i) uma de índole política – que invoca a libertação dos países ainda colonizados e o respeito da *Carta das Nações Unidas*, e (ii) uma de natureza económica – que apela ao apoio ao desenvolvimento dos países do Sul, através da cooperação económica. Na sua sequência, ocorreu, em dezembro de 1960, a Convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e, em 1961, nasceu a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), que viria a adquirir uma dimensão mundial. Foi estabelecido o Comité de Ajuda para o Desenvolvimento (CAD), que, instaurado pela OCDE, marcou “a consagração e o reconhecimento oficial pelas instâncias internacionais do desenvolvimento ajudado e planeado do exterior” (Afonso & Fernandes, 2005, p.24). O CAD assumiu a responsabilidade de lidar com as questões da cooperação para o desenvolvimento.

3 Trajetórias contemporâneas do desenvolvimento

Os paradigmas do desenvolvimento foram-se modificando em sincronia com a evolução do conhecimento, com os efeitos das políticas concretizadas e com as crises económicas que marcaram a esfera global após a Segunda Grande Guerra. No que respeita a estas últimas, relembram-se (i) a crise do petróleo (nos anos de 1970), que exigiu um investimento reforçado dos países e a reconversão industrial das economias; (ii) a crise das bolsas asiáticas (no final dos anos de 1980), decorrente da emergência dos «dragões e tigres asiáticos» e das «bolhas» especulativas do setor imobiliário e da construção civil; e (iii) a crise financeira e das dívidas soberanas, que teve início em 2008 nos EUA e se define por movimentos especulativos, por um sistema financeiro desregulado, por bolhas imobiliárias e pelo acréscimo das dívidas soberanas (Ferreira, Faria, & Cardoso, 2015). É na sequência destas crises que as instituições de Bretton Woods conquistam um lugar de destaque, com a concessão de financiamento aos países em dificuldade. Contudo, os resultados alcançados foram, na maioria, contrários aos ambicionados.

A constatação generalizada de que os modelos defendidos não promoviam o desenvolvimento, aliada à crise financeira e das dívidas soberanas e à exigência de modelos alternativos por parte dos países do Sul motivaram a emergência de novos entendimentos do desenvolvimento. Amaro (2003) categoriza-os em “três fileiras distintas”: (i) a “fileira ambiental”, que integra o desenvolvimento sustentável; (ii) a “fileira das pessoas e das comunidades”, na qual se enquadram o desenvolvimento local e participativo; e (iii) a “fileira dos Direitos Humanos e da dignidade humana”, que encerra o desenvolvimento humano e o desenvolvimento social.

O desenvolvimento sustentável ganha expressão em junho 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Cimeira da Terra, realizada no Rio de Janeiro, e decorre da tomada de consciência da relevância da dimensão ambiental no desenvolvimento. A noção é oficialmente aceite e torna-se o sustentáculo da cooperação internacional (Amaro, 2003).

Com relação ao desenvolvimento local e ao desenvolvimento participativo, estes decorrem do conceito de desenvolvimento comunitário adotado pelos técnicos das agências da ONU, que o apresentam como alternativa ao paradigma vigente. Assente no entendimento de que as sociedades só se transformariam se essa fosse a sua aspiração, passou a defender-se a participação direta dos mesmos nos projetos. O termo terá conhecido diversas reformulações, de entre as quais vingaram as de desenvolvimento local e de desenvolvimento participativo. Para Amaro (2003), o desenvolvimento local expressa “o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspetiva integrada dos problemas e das respostas” (p.57). O modelo valoriza o papel e as competências das populações e tem conhecido uma grande aceitação pelas organizações multilaterais e pelos organismos de cooperação bilateral.

O desenvolvimento participativo, por sua vez, apesar de ligado ao desenvolvimento local, foca-se “na adoção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a conceção e decisão à avaliação, passando pela execução, direção e

acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania, nos seus direitos e deveres” (Amaro, 2003, p.57). Tal percepção do desenvolvimento recebeu uma forte anuência por parte das ONG, por conciliar cidadania e capacitação.

No que se refere ao desenvolvimento humano, considera-se que as propostas teóricas e os estudos que estão na sua origem remontam aos anos de 1960, com a teoria do capital humano, com os trabalhos de Perroux, no âmbito da “*économie de l’homme*”, e com a imposição, uma década depois, da satisfação das “necessidades básicas” por responsáveis de organizações internacionais.

Relativamente à teoria do capital humano, esta havia realçado os ganhos de produtividade gerados pelo “fator humano” e defendido que os conhecimentos, a capacidade e a experiência das pessoas as tornava economicamente mais produtivas. Logo, que o capital humano era essencial ao desenvolvimento das Nações. O contributo de Perroux (1964), por seu turno, incidu sobre a premência de o “desenvolvimento” ser entendido como a “*combinaison des changements mentaux et sociaux qui rendent la nation apte à faire croître, cumulativement et durablement son produit réel global*” (p.155).

Com respeito às “necessidades básicas”, o conceito foi utilizado pela primeira vez em 1972 por McNamara, então presidente do BM, durante um discurso perante o Conselho de governadores da instituição, quando exortou os Governos dos países em desenvolvimento a atribuir maior atenção “aux besoins humains plus essentiels, c’est-à-dire à améliorer la nutrition, le logement, la santé, l’éducation et l’emploi de leurs populations” (McNamara, 1972, citado por Rist 2013, p.289). Já em 1976, a Organização Internacional do Trabalho recuperou a noção e instituiu-a como um conjunto de necessidades fundamentais para todos os habitantes do planeta. As “necessidades básicas” não se restringiam, portanto, a bens materiais e incluíam elementos de cariz político, como os serviços de saúde, a educação, o direito ao emprego e a igualdade de direitos.

No seguimento desta linha, em 1990, o PNUD disseminou o conceito de “Desenvolvimento Humano”, que definiu como um processo que conduz “à l’élargissement des possibilités offertes à chacun. Vivre longtemps et en bonne santé, être instruit et avoir accès aux ressources nécessaires pour jouir d’un niveau de vie convenable sont les plus importantes. S’y ajoutent la liberté politique, la jouissance des droits de l’homme et le respect de soi” (UNDP, 1990, p.10). A nova perspetiva, aliada à ambição de uma relativização da importância do crescimento económico como forma de medir a qualidade de vida das populações, está na origem do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual envolve três dimensões: (i) uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença; (ii) a capacidade de adquirir conhecimento, medida pela média de anos de escolaridade e anos de escolaridade esperados; e (iii) a capacidade de atingir um nível de vida digno, medido pelo rendimento nacional bruto *per capita*. Desde a sua emergência, conheceu diversas reformulações. Ao IDH foram acrescentados quatro outros índices: (i) o IDH Ajustado à Desigualdade, que alinha o IDH com o grau de desigualdade de cada país; (ii) o Índice de Desenvolvimento Humano por Género, que compara valores de IDH femininos e masculinos; (iii) o Índice de Desigualdade de Género, que destaca a capacitação das mulheres; e (iv) o Índice de Pobreza Multidimensional, que mede dimensões de pobreza não relacionadas com o rendimento.

Observando a aceção constante no *Human Development Report 2016 – Human development for everyone*, atualmente o desenvolvimento humano é concebido como um processo

of enlarging people’s choices. But human development is also the objective, so it is both a process and an outcome. Human development implies that people must influence the processes that shape their lives. In all this, economic growth is an important means to human development, but not the end. Human development is the development of the people through building human capabilities, by the people through active participation in the processes that shape their lives and for the people by improving their lives. It is broader than other approaches, such as the human resource approach; the basic needs approach and the human welfare approach. (UNDP, 2016, p.2)

Depreende-se que os contornos que foi adquirindo colocam, atualmente, o Homem no centro das preocupações e instituem o seu bem-estar como objetivo do desenvolvimento. Sincronicamente, compreende-se que os indivíduos conquistaram um papel ativo na prossecução desse bem-estar, ao poderem influenciar os processos que moldam as suas vidas. Note-se, também, a advertência para o facto de o crescimento económico se afigurar relevante, mas não o fim em si.

Por último, o desenvolvimento social discute-se durante a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Social, organizada em Copenhaga pela ONU, em 1995. Decorrente dos compromissos sociais veiculados pelo desenvolvimento humano, sendo referido como “o processo de garantia de condições mínimas, bem como de promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais” (Amaro, 2003, p.59), com o intuito de comprometer os Estados-membros a garantir níveis de bem-estar mínimos às suas populações.

4 Desafios da atual cooperação internacional para o desenvolvimento

As mudanças resultantes do final da Segunda Grande Guerra foram decisivas no quadro da intensificação da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e determinaram os seus “alicerces”, firmados em 1961, com a criação do CAD. De facto, a sua génese propiciou a planificação das primeiras diretrizes do apoio e definiu “os procedimentos e práticas dos doadores por forma a melhorar a eficácia da Ajuda e a coordenação de esforços e recursos internacionais a favor dos países recetores” (Afonso & Fernandes, 2005, p.51). A Ajuda converte-se numa obrigação de índole moral.

Este preceito foi consolidado em 1970, com a recomendação da Assembleia Geral da ONU, que precisou que os países doadores deviam reservar 1% do PIB à Ajuda, dos quais 0,7% se destinariam à Ajuda oficial. A adoção deste valor percentual teve como suporte a determinação da Ajuda Pública ao Desenvolvimento instituída pelo CAD (A instituição da APD pelo CAD permite distinguir estas verbas dos restantes fluxos de financiamento oficiais, nos quais se inscrevem, entre outros, os empréstimos e os créditos à exportação.) em 1969 e constitui a parcela mais importante do financiamento do desenvolvimento, procedente de fluxos públicos oficiais. Para além dos fluxos referidos, o financiamento do desenvolvimento integra presentemente donativos de ONG e fluxos privados. Os primeiros são canalizados para os países como donativos particulares e sem fins lucrativos. Já os segundos assumem a forma de transações financeiras efetuadas por empresas ou indivíduos.

A compreensão do desenvolvimento como uma preocupação comum e de responsabilidade partilhada colocou novos desafios à CID, particularmente no que se refere ao financiamento e aos modelos teóricos e operacionais. Reforçando o mencionado, considera-se que os paradigmas práticos que orientaram a CID, entre 1960 e o início do novo milénio, se pautaram por uma conceção economicista do desenvolvimento. O paradigma dos projetos setoriais materializado, até finais de 1970, sob a forma de doações e de empréstimos, concebia que os intervenientes eram “capazes de absorver a ajuda internacional em capital financeiro e humano e aproximar-se dos modelos ocidentais afastando-se dos intervenientes tradicionais detentores de um capital socialmente desapropriado” (Sangreman & Santos, 2012, p.7). Contudo, a insuficiência deste modo de canalizar fundos levou a que, no início dos anos de 1980, os intervenientes adotassem as teses neoclássicas concretizadas em empréstimos para ajustamento setorial e estrutural (paradigma do ajustamento estrutural). Porém, esta alteração não permitiu atingir os objetivos ambicionados, verificando-se, ao invés, um aumento das desigualdades.

O insucesso de ambos originou “um conjunto de propostas de alteração da necessidade financeira da Ajuda, bem como do conhecimento sobre a metodologia a adotar para que a CID fosse mais eficaz” (Sangreman, 2009, p.20). Dos trabalhos realizados destaca-se a relevância de os atores dominantes cederem parte do seu poder a outros participantes, sobretudo aos beneficiários e a atores não estatais. Esta acabou por se materializar na Conferência Mundial sobre Financiamento para o Desenvolvimento, em 2002, com a Declaração de Monterrey, e nas Reuniões de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, colocando a eficácia da Ajuda no centro do debate internacional. Com relação à Declaração de Monterrey, salienta-se o facto de a mesma ter instituído como sexta área fundamental à CID o aumento da “coerência das estruturas financeiras mundiais e regionais e promover a justa representação dos países em desenvolvimento no processo de tomada de decisões ao nível internacional”. Reconhece, igualmente, (i) que a CID deve ser uma parceria global; (ii) que “a principal responsabilidade pelo incremento do desenvolvimento é da competência dos Governos dos próprios países”; e (iii) que “os países pobres não podem alcançar as metas, ou seja fazer progressos significativos nesse sentido, sem a cooperação e o apoio da comunidade internacional” (Afonso & Fernandes, 2005, pp.11-12).

A despeito do indicado, importa, ainda, observar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma vez que a literatura consultada considera que materializam os desafios de um mundo cada vez mais global e desigual. No que toca aos

ODM, acredita-se que a sua aprovação constituiu um passo memorável para um desenvolvimento assente na persecução de objetivos de interesse universal. Apresentando metas concretas e mensuráveis, os ODM tornaram-se referência para “a avaliação de políticas, de projetos, dos avanços e retrocessos dos países e das regiões em algumas áreas-chave do Desenvolvimento” (Ferreira, 2013, p.8). Não obstante, embora o balanço geral das metas definidas para cada um dos ODM permita apontar aspetos positivos e negativos, estes assentaram em números genéricos, impossibilitando, crê-se, a identificação das diferenças persistentes entre países e dentro dos próprios países. A esta falha acrescem outras que Ferreira (2013) agregou em quatro grupos: o facto de os ODM (i) apenas refletirem uma visão parcial do desenvolvimento, ao não equacionarem questões como a paz e a segurança, a governação e os direitos humanos; (ii) serem restritivos, ao agruparem problemáticas complexas e multidimensionais num número reduzido de metas e ao não instituírem interligações entre eles; (iii) não expressarem uma responsabilidade universal; e (iv) apenas medirem resultados diretos e não impactos.

As inovações introduzidas com a Agenda 2030 espelham uma visão mais ampla do desenvolvimento, ao deixarem de se focar nos países mais pobres e ao incorporarem as dimensões económica, social e ambiental. No que ao carácter universal da Agenda 2030 diz respeito, este requer diálogo e um maior empenho por parte dos atores. Logo, pressupõe o estabelecimento de parcerias internas e externas (muitas delas assentes na solidariedade) e a ideia de que todos têm um papel a desempenhar na delineação, planificação, aprovação, operacionalização, monitorização e avaliação de projetos e de políticas. Ora, se por um lado a universalidade dos ODS os converte num instrumento coletivo de luta contra os problemas globais e de aprendizagem, por outro exige que os Estados e os restantes envolvidos estejam alinhados na respetiva conceptualização.

5 Considerações finais

A reorganização da arquitetura da CID, decorrente das transformações observadas, teve, como sublinham Ferreira, Faria & Cardoso (2015), “implicações profundas nas formas de “fazer cooperação”, de pensar estrategicamente sobre qual o contributo de cada ator para o desenvolvimento e sobre as opções ao dispor de cada país para aproveitar as suas vantagens comparativas” (p.17).

As modificações geopolíticas e económicas, resultantes do rápido desenvolvimento das denominadas economias emergentes, levaram a que os países nestas circunstâncias assumissem uma conduta distinta da vigente, passando de meros recetores de ajuda a países simultaneamente recetores e dadores. De facto, verifica-se que conquistaram um papel significativo noutros países em desenvolvimento e que concebem o financiamento canalizado para esses países não como ajuda ao desenvolvimento, mas sim como “a expressão da solidariedade entre iguais, a existência de benefícios mútuos, a rejeição das condicionalidades políticas e a horizontalidade dessa cooperação” (Ferreira, Faria, & Cardoso, 2015, p.17).

Estas alterações sistémicas, aliadas à nova Agenda Global para o Desenvolvimento, materializaram-se numa partilha de responsabilidades entre dadores e beneficiários (doravante considerados parceiros), na diversificação e no aumento das fontes de financiamento e na expansão dos modelos de cooperação.

Referências

- Afonso, M., & Fernandes A.P. (2005). *abCD introdução à cooperação para o desenvolvimento*. Lisboa: IMVF e Oikos.
- Amaro, R. (2003). Desenvolvimento – Um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, 35-70.
- Assidon, E. (2002). *Les théories économiques du développement* (3^{ème} éd.). Paris: La Découverte.
- Azoulay, G. (2002). *Les théories du développement. Du rattrapage des retards à l’explosion des inégalités*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Domar, E.D. (1947). Expansion and employment. *The American Economic Review*, 37(1), 34-55.

- Ferreira, P. (2013). *A agenda pós-2015 para o desenvolvimento: Da redução da pobreza ao desenvolvimento inclusivo?* Lisboa: IMVF.
- Ferreira, P., Faria, F., & Cardoso F. (2015). *O papel de Portugal na arquitetura global do desenvolvimento. Opções para o futuro da cooperação portuguesa.* Lisboa: Camões, I.P. e IMVF.
- Harrod, R.F. (1939). An essay in dynamic theory. *Economic Journal*, 49(193), 14-33.
- List, F. (2006). *Sistema nacional da economia política.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- McNamara, R. (1972). Address to the Board of Governors – Speech. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/33328>
- Mill, J. S. (2019). *Princípios de economia política.* LeBooks Editora.
- Moreira, S., & Crespo, N. (2012). Economia do desenvolvimento: Das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. *Revista de Economia*, 38 (2), 25-50.
- Perroux, F. (1964). *L'économie du XX^{ème} siècle.* Paris: Presses Universitaires de France.
- Ricardo, D. (2015). *Princípios de economia política e de tributação* (5.^a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rist, G. (2013). *Le développement. Histoire d'une croyance occidentale* (4.^{ème} éd.). Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Sangreman, C. (2009). A teoria da cooperação internacional para o desenvolvimento e o estado da arte da cooperação portuguesa. *CEsA – Coleção Documentos de Trabalho*, 80. Disponível em: https://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/80.pdf
- Sangreman, C., & Santos T. (2012). *Os paradigmas de conhecimento sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento e a evolução do papel da sociedade civil em Portugal.* Cesa-ISEG: WP 108/2012.
- Smith, A. (2016). *A riqueza das nações II* (6.^a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Smith, A. (2014). *A riqueza das nações I* (7.^a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Todaro, M., & Smith, S. (2009). *Economic development* (10.th ed.). Edinburgh: Pearson Education.
- Treillet, S. (2015). *Économie du développement* (3.^{ème} éd.). Paris: Armand Colin.
- Truman, H. (1949). *Truman inaugural address.* Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/library/public-papers/19/inaugural-address>
- United Nations Development Programme (2016). *Human Development Report 2016: Human development for everyone.* New York: UNDP.
- United Nations Development Programme (1990). *Rapport mondial sur le Développement Humain 1990.* New York: UNDP.